



ATUAÇÃO SOCIOAMBIENTAL NO SETOR FINANCEIRO

BENCHMARKING COM INSTITUIÇÕES
FINANCEIRAS DE DESENVOLVIMENTO

Apresentação

No início de 2015, foi aprovado, pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do BNDES, um plano plurianual de ações voltado para promover uma efetiva implementação da Política de Responsabilidade Social e Ambiental (PRSA) da instituição. Tal documento estabeleceu uma primeira agenda de trabalho, para o período 2015-2017, a ser atualizada a cada triênio, visando direcionar e mobilizar esforços em prol de avanços na atuação socioambiental do BNDES, em especial no que se refere à governança do tema na instituição, à gestão do risco socioambiental e a processos de diálogo e prestação de contas com as partes interessadas.

No escopo do Plano, foi realizado *benchmarking* com oito instituições financeiras de desenvolvimento internacionais, visando a identificação de boas práticas e de oportunidades para aperfeiçoamento do sistema de gestão socioambiental do BNDES.

Por meio de entrevistas e do levantamento de informações públicas, foi possível obter um panorama sobre o tratamento da temática socioambiental nas instituições pesquisadas, em especial no que se refere à integração dessa dimensão em suas estratégias, políticas, processos operacionais, estruturas organizacionais e práticas de diálogo e transparência. O estudo também permitiu a obtenção e consolidação de informações quanto à incorporação da dimensão climática na atuação dessas organizações.

Os resultados desse trabalho, apresentados nesse documento, evidenciam a maturidade com que a temática socioambiental vem sendo tratada por instituições financeiras de desenvolvimento, com reflexos em toda sua atuação. A dimensão climática consiste em questão mais recentemente internalizada por essas organizações. No entanto, mesmo esse tema já está notadamente presente em prioridades estratégicas, políticas e procedimentos específicos, além de estruturas organizacionais voltadas para gestão de riscos climáticos e para a promoção de negócios verdes.

O BNDES agradece a participação das instituições financeiras de desenvolvimento na pesquisa, na certeza de que os resultados desse trabalho consistem em importante insumo para fortalecimento do trato da dimensão socioambiental no setor financeiro.

SUMÁRIO

1 Sobre o Benchmarking.....	4
2 Resultados.....	5
2.1 Direcionamento Estratégico	5
2.2 Formalização de Políticas e Procedimentos internos	9
2.3 Estrutura Organizacional	15
2.4 Análise e Acompanhamento Socioambiental	17
2.5 Operações com Instituições Financeiras	21
2.6 Diálogo e Engajamento com Partes Interessadas	25
2.7 Dimensão Climática	27
2.8 Desafios	27
3 Conclusão	29

1| Sobre o Benchmarking

O BNDES realizou, entre maio e agosto de 2017, *benchmarking* sobre a atuação socioambiental de oito instituições financeiras de desenvolvimento, a saber:

- Banco Mundial (BIRD);
- International Finance Corporation (IFC);
- Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);
- Banco de Desenvolvimento Alemão (KfW);
- Banco de Desenvolvimento Holandês (FMO);
- Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD);
- Sociedade de promoção e de participação para a cooperação econômica (Proparco), subsidiária da AFD para apoio ao setor privado; e
- Agência Canadense de Exportação (EDC).

O trabalho teve como objetivo a identificação de boas práticas e de oportunidades para o aprimoramento do sistema de gestão socioambiental do BNDES, no âmbito do Plano de Implementação de sua Política de Responsabilidade Social e Ambiental (PRSA). Desta forma, entrevistas foram estruturadas de modo a possibilitar uma visão ampla sobre a atuação socioambiental nas instituições, contemplando as seguintes dimensões:

- i) Direcionamento estratégico;
- ii) Formalização de políticas e procedimentos internos;
- iii) Estrutura organizacional;
- iv) Análise e acompanhamento socioambiental;
- v) Operações com instituições financeiras;
- vi) Práticas de transparência e engajamento com partes interessadas;
- vii) Mudança do clima; e

- viii) Desafios na implantação de sistema de gestão socioambiental.

O conhecimento obtido nas entrevistas foi complementado com a busca e consolidação de informações públicas referentes às organizações pesquisadas.

2| Resultados

No presente capítulo, são sintetizadas as principais constatações das entrevistas e do levantamento de informações públicas, obtidos entre maio e agosto de 2017. Os resultados são geralmente apresentados de forma consolidada, de modo a resguardar o sigilo das instituições pesquisadas. Nos casos em que há menção a organizações específicas, as informações foram provenientes de fontes públicas.

2.1| Direcionamento estratégico

Foi observado que duas temáticas estão notadamente presentes no direcionamento estratégico das instituições entrevistadas – a mudança do clima e a promoção do desenvolvimento sustentável, com a priorização de alguns dos objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

No que se refere à dimensão climática, as instituições, de modo geral, mostram-se atentas a discussões globais relativas à transição para uma economia de baixo carbono (mitigação) e ao enfrentamento dos impactos inevitáveis das alterações climáticas (adaptação), por suas implicações para a atuação do setor financeiro. Entre as principais tendências, mencionadas pelas instituições entrevistadas, cabe destacar:

- **Disclosure de informações financeiras relacionadas ao impacto das mudanças climáticas:** Frente aos impactos da mudança do clima na sociedade e na economia, o setor financeiro vem sendo chamado a integrar a gestão de riscos climáticos na avaliação de sua carteira e de novos projetos, e a dar transparência quanto à sua exposição frente a tais riscos. Em 2017, a publicação das recomendações da Força Tarefa para Disclosure de Informações Financeiras

Relacionadas à Mudança do Clima (TCFD)¹, estabelecida pelo Financial Stability Board (FSB) em dezembro de 2015, representou um marco significativo para o setor financeiro. O documento compreende orientações, para diferentes setores da economia, quanto à divulgação de aspectos relativos à mudança do clima, inclusive no que se refere aos seus impactos nas demonstrações financeiras e a informações quanto à governança, estratégia, gerenciamento de riscos, métricas e metas na temática. As recomendações partem da premissa de que a divulgação de informações financeiras relacionadas ao clima consiste em pré-requisito para a gestão e precificação de riscos climáticos, e para decisões de investimentos. A publicação das recomendações da TCFD tem gerado repercussões no setor financeiro, com a criação de grupos de trabalho para viabilizar a sua implementação, tanto em âmbito nacional como internacional, e o fortalecimento de estruturas organizacionais dedicadas ao clima, conforme identificado no *benchmarking*.

- **Desinvestimento em carbono:** Outra tendência mencionada nas entrevistas consiste na transferência de recursos de atividades intensivas em carbono para investimentos verdes. Entre as diversas iniciativas com esse propósito, pode-se destacar a **Portfolio Decarbonization Coalition** (PDC), uma coalizão de 27 investidores do mercado financeiro, com mais de US\$ 3 trilhões em ativos administrados. O compromisso da coalizão consiste em retirar capital de empresas, projetos e tecnologias particularmente intensivas em carbono em cada setor econômico e reinvestir esse capital em empresas, projetos e tecnologias particularmente eficientes em carbono do mesmo setor. Esse compromisso, até o momento, atingiu a ordem de US\$ 600 bilhões. Entre os membros da coalizão estão a Caisse des Depots, ABP, ROBeCOSAM, Hermes, Amundi, Allianz, BNP Paribas, entre outros. Além da PDC, há diversas outras ações similares de investidores institucionais para a “descarbonização” de suas carteiras, conforme mencionado nas entrevistas.

¹ A Força-tarefa é presidida por Michael Bloomberg, sendo composta por 32 membros provenientes de uma ampla gama de indústrias e países de todo o mundo.

Instituições entrevistadas também relataram participar de iniciativas para tratamento da dimensão climática no setor financeiro. A temática é foco, por exemplo, de grupo de trabalho de bancos multilaterais. Além disso, algumas das organizações pesquisadas fazem parte da iniciativa *Mainstreaming Climate Action in Financial Institutions*², que tem por objetivo promover a integração da dimensão climática no cerne da atuação de instituições financeiras, para identificação de oportunidades, fortalecimento da gestão de riscos e melhor alocação de capital. Desde o seu lançamento na COP 21, em 2015, cerca de 38 instituições financeiras em todo o mundo aderiram à Iniciativa, incluindo AFD, Proparco, KfW, FMO, BID, IFC e Banco Mundial.

Além de acompanharem as oportunidades e implicações da mudança do clima na sua atuação, as instituições já integram o tema em sua estratégia, por meio de compromissos formais e metas públicas. Em alguns casos, a exemplo do Grupo Banco Mundial³, que inclui a IFC, e AFD⁴, há divulgação de planos de trabalho associados às mudanças climáticas.

Já com relação à promoção do desenvolvimento sustentável, foi possível observar que o direcionamento estratégico das instituições também prioriza um ou mais objetivos estabelecidos na Agenda 2030.

O compromisso de bancos multilaterais, em especial, com essa agenda, foi oficializado por meio de declaração formalizada em outubro de 2016 (*Statement by Multilateral Development Banks: Delivering on the 2030 Agenda*⁵). O documento, assinado por 11 bancos de desenvolvimento⁶, incluindo BID, Banco Mundial e IFC, tem por objetivo acelerar e tornar possível o alcance dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos na Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, em setembro 2015, em Nova Iorque.

Busca-se pactuar ações comuns a fim de abordar questões críticas na implementação dos ODS, como deslocamento forçado, infraestrutura, urbanização, financiamento climático e investimento privado.

² <https://www.mainstreamingclimate.org/>

³ <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/24451>

⁴ <https://www.afd.fr/fr/cadre-intervention-climat-2017-2022>

⁵ <http://www.worldbank.org/en/news/press-release/2016/10/09/delivering-on-the-2030-agenda-statement>

⁶ African Development Bank, Asian Development Bank, Asian Infrastructure Investment Bank, European Bank for Reconstruction and Development, European Investment Bank, Inter-American Development Bank Group, International Finance Corporation, Islamic Development Bank, New Development Bank, World Bank, International Monetary Fund

Pode-se observar, nos quadros a seguir, a internalização da dimensão climática e dos compromissos com os ODS na estratégia das instituições pesquisadas.

Quadro 1 - Prioridades estratégicas BID

O BID elenca, entre suas prioridades, o endereçamento dos seguintes desafios: a) exclusão social e desigualdade; b) baixa produtividade e inovação; e c) limitada integração econômica regional. Além disso, ressalta três temas transversais que precisam ser considerados no trabalho do banco para lidar com tais desafios: a) igualdade e diversidade de gênero; b) mudanças climáticas e sustentabilidade ambiental; e c) capacidade institucional e estado de direito⁷.

Quadro 2 - Prioridades estratégicas KfW

O KfW está alinhado com a estratégia de sustentabilidade do governo alemão, tendo identificado como megatendências a serem consideradas na sua atuação: mudanças climáticas, meio ambiente e variação demográfica. O governo alemão comprometeu-se a duplicar a sua contribuição financeira para o clima entre 2014 e 2020, tendo o KfW como um de seus instrumentos. Isso foi anunciado no Petersberg Climate Dialogue, em maio de 2015⁸. Em seu último relatório de sustentabilidade⁹, o KfW apresentou um desembolso de EUR 29,5 milhões voltados para energia renovável, eficiência energética e redução da poluição ambiental – o que representou 37% dos novos investimentos.

⁷ <http://idbdocs.iadb.org/mwg-internal/de5fs23hu73ds/progress?id=Y2XOqLVEYG8Hm8O45V9RInTuKPmGa21iWJi69f-qWDk.&dl>

⁸ <http://www.germanclimatefinance.de/2017/02/09/german-governments-climate-finance-doubling-on-paper/>

⁹ <https://www.kfw.de/PDF/Download-Center/Konzernthemen/Nachhaltigkeit/englisch/Facts-and-Figures-Update-2016.pdf>

Quadro 4 - Prioridades estratégicas EDC e FMO

A EDC também inclui em sua estratégia as mudanças climáticas e identifica, como focos de atuação, os direitos humanos e a transparência¹⁰.

Já o FMO estabeleceu sua estratégia a partir dos ODS, priorizando três em especial: ODS 8 – trabalho decente e crescimento econômico, que a instituição mede pelo número de empregos criados em seus investimentos; ODS 10 – redução das desigualdades, medido pelo número de projetos que contribuíram para a redução de desigualdade, em especial para as mulheres; e ODS 13 – ação contra mudança global do clima, medida pela quantidade de emissão de GEE evitada pelos investimentos¹¹.

Quadro 3 - Prioridades estratégicas AFD e Proparco

A AFD e a Proparco estão alinhadas com a estratégia de sustentabilidade do governo francês, elencando as mudanças climáticas como prioridade estratégica, além de padrões de *accountability* e responsabilidade socioambiental. O financiamento para projetos de mitigação e adaptação a mudanças climáticas nos países em desenvolvimento está no cerne da missão da AFD. A instituição estabeleceu o objetivo de dedicar 50% do seu financiamento a projetos que tenham benefícios climáticos. Essa estratégia leva em consideração os contextos e situações de cada região. Como resultado, 70% dos projetos financiados na Ásia e América Latina têm benefícios climáticos, assim como 50% dos projetos na área do Mediterrâneo e 30% dos projetos na África subsaariana.¹²

¹⁰ <https://www.edc.ca/EN/About-Us/Corporate-Social-Responsibility/Pages/default.aspx>

¹¹ <https://www.fmo.nl/profile>

¹² <https://www.afd.fr/fr/page-thematique-axe/climat?prevId=115>

Quadro 5 - Prioridades estratégicas do Grupo Banco Mundial

O Grupo Banco Mundial, incluindo a IFC, estabelece dois objetivos, que norteiam e conferem seletividade no seu apoio financeiro: a) acabar com a pobreza extrema, diminuindo o número de pessoas vivendo com menos de U\$ 1,90 por dia para não mais do que 3%; e b) promover crescimento econômico igualitário, fomentando o aumento da renda dos 40% mais pobres para todos os países.

O Grupo também dispõe de meta pública para aumentar a participação de operações relacionadas ao clima em seu portfólio para 28% em 2020. Para isso, dispõe de Plano de Ação para Mudanças Climáticas para o período 2016-2020¹³, de acesso público, a saber:

Banco Mundial

- Ajudar os países a integrar as mudanças climáticas no desenvolvimento, alcançar suas NDCs¹⁴ e preparar o cenário para um avanço maior;
- Acelerar a transição para fontes renováveis energia;
- Facilitar a expansão da infraestrutura sustentável;
- Impulsionar a resiliência climática das comunidades, economias e ecossistemas;
- Desbloquear trilhões de dólares americanos em financiamento climático.

IFC¹⁵

- Escalar os investimentos climáticos para atingir 28% dos financiamentos da IFC até 2020;
- Catalisar US\$ 13 bilhões em capital do setor privado anualmente até 2020 para projetos climáticos por meio de produtos de mobilização, agregação e redução de risco;
- Maximizar o impacto da IFC por meio da redução de emissões de gases do efeito estufa (GEE) e aumento da resiliência; e
- Responsabilizar-se pelo risco climático em sua atuação.

¹³ <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/24451>

¹⁴ As Pretendidas Contribuições Nacionalmente Determinadas (iNDCs, na sigla em inglês) são metas voluntárias estipuladas por cada país e submetidas à Convenção-Quadro das Nações Unidas com o objetivo de reduzir suas emissões de gases de efeito estufa (GEE). Todas as iNDCs, juntas, foram a base para o acordo do clima, negociado durante a COP 21, em dezembro de 2015, em Paris. As metas propostas pelos países mostravam a intenção da nação perante o tema, mas sem valor legal. Após a ratificação do Acordo de Paris em cada país, as metas passaram a se chamar Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) e a ter valor legal.

¹⁵ https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/5f5402804c60b510b6bbbeaccf53f33d/IFC_Climate_Implementation_Plan_03152016_WBG_v2.pdf?MOD=AJPERES

2.2| Formalização de Políticas e Procedimentos Internos

As instituições pesquisadas, em geral, demonstraram possuir estruturas de políticas e procedimentos para a temática socioambiental, a fim de gerenciar os riscos e impactos das operações apoiadas.

No caso do Banco Mundial e da IFC, há dois conjuntos de políticas e procedimentos¹⁶:

- **voltados para uso interno** – documentos que estabelecem diretrizes e detalham responsabilidades, fluxos de trabalho e orientações quanto à execução da análise e acompanhamento socioambiental das operações; e

- **direcionados a seus clientes** – padrões de desempenho socioambiental a serem adotados pelos beneficiários ao executar os projetos apoiados pela instituição. Os padrões de desempenho do IFC são considerados referências internacionais para a gestão socioambiental de instituições financeiras no apoio ao setor privado, enquanto os do Banco Mundial consistem na referência para apoio ao setor público.

Os chamados “Padrões de Desempenho da IFC” consistem em um conjunto de oito cadernos, com orientações versando sobre os seguintes temas: i) Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Socioambientais; ii) Condições de Emprego e Trabalho; iii) Eficiência de Recursos e Prevenção da Poluição; iv) Saúde e Segurança da Comunidade; v) Aquisição de Terra e Reassentamento Involuntário; vi) Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável de Recursos Naturais Vivos; vii) Povos Indígenas; e viii) Patrimônio Cultural. No caso do Banco Mundial, há outros dois padrões adicionais: ix) Intermediários Financeiros; e x) Engajamento com Partes Interessadas e Divulgação da Informação.¹⁷

16

https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/topics_ext_content/ifc_external_corporate_site/sustainability-at-ifc/policies-standards e

<http://www.worldbank.org/en/programs/environmental-and-social-policies-for-projects/brief/the-environmental-and-social-framework-esf>

¹⁷ As salvaguardas socioambientais do Banco Mundial, direcionadas a seus clientes, passaram por amplo processo de consulta pública e resultaram em estrutura de padrões socioambientais semelhantes aos adotados pela IFC (*Environmental and Social Standards* – ESS). Os dez padrões entraram em vigor em 2018.

Figura 1 – Estrutura de Políticas da IFC (*Sustainability Framework*)



Figura 2 - Estrutura de Políticas do Banco Mundial (*Sustainability Framework*)



Para viabilizar a adoção dessas políticas e procedimentos, o Banco Mundial e a IFC disponibilizam ferramentas específicas, tais como guias, manuais, estudos de casos e parâmetros técnicos de referência, a exemplo das Diretrizes de Saúde, Meio Ambiente e Segurança (EHS *Guidelines*)¹⁸.

¹⁸ As Diretrizes de Saúde, Meio Ambiente e Segurança, adotadas pelo Grupo, são documentos de referência técnica, baseados em boas práticas da indústria internacional (GIIP, na sigla em inglês de *Good International Industry Standards*). Contêm os níveis de desempenho e as medidas normalmente aceitáveis pelo Grupo, consideradas realizáveis

As demais instituições entrevistadas, à exceção do BID, fazem menção explícita aos padrões de desempenho da IFC e do Banco Mundial em suas políticas internas, adotando-os como balizador para a análise e acompanhamento socioambiental das operações.

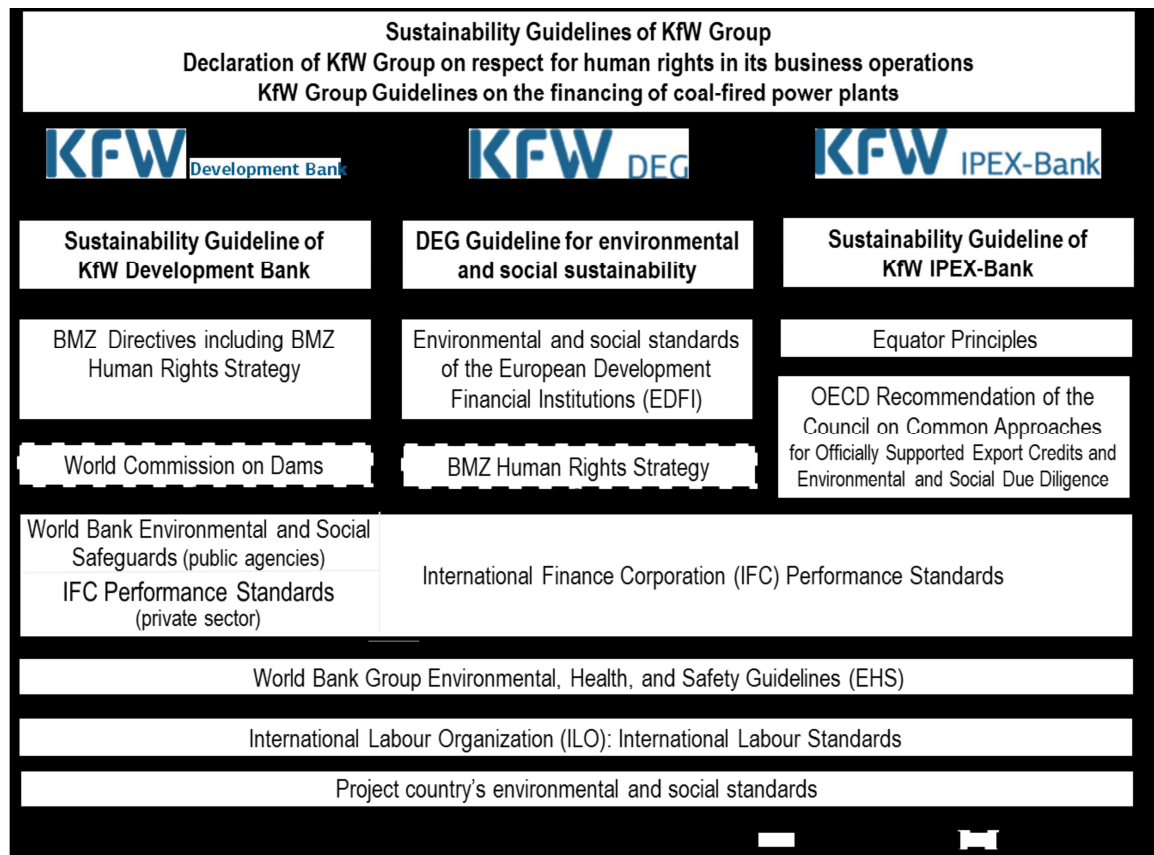
Embora adotem os padrões de desempenho da IFC e Banco Mundial como parâmetro para avaliação das operações, as instituições entrevistadas, de modo geral, também dispõem de um arcabouço de políticas próprias, que complementam as referências externas com diretrizes de sustentabilidade e a formalização de sistema de gestão socioambiental, incluindo papéis e responsabilidades, fluxo de trabalho e procedimentos de análise e acompanhamento.

Figura 3 - Formalização de Políticas e Procedimentos nas IFDs



em novas instalações a custos razoáveis pela tecnologia existente.

Figura 4 – Estrutura de Políticas do KfW¹⁹



O BID, por sua vez, optou por desenvolver políticas e procedimentos próprios, contemplando, inclusive, os temas abordados pelos padrões da IFC e Banco Mundial. A instituição dispõe de uma Política de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas, documento orientador de sua atuação socioambiental, e de um conjunto amplo de políticas temáticas, a exemplo de:

- Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas e Diretrizes (703)
- Gestão de Riscos de Desastres Naturais e Diretrizes (704)
- Reassentamento Involuntário e Diretrizes (710)
- Igualdade de gênero no desenvolvimento (761)
- Povos Indígenas e Diretrizes (765)

Além disso, a instituição dispõe de uma Política de Transparência que orienta a divulgação das informações produzidas pelo banco e o acesso ao público. O BID também disponibiliza, em seu *website*, documentos que consolidam a sua atuação e identificam prioridades para a América Latina

¹⁹ <https://www.kfw.de/PDF/Download-Center/Konzernthemen/Nachhaltigkeit/englisch/Facts-and-Figures-Update-2016.pdf>

e Caribe em setores ou temas específicos, como Agricultura, Água e Saneamento, Educação, Desenvolvimento Urbano, Meio ambiente e Biodiversidade, Alterações Climáticas, Saúde, Transporte e Energia²⁰.

2.3| Estrutura Organizacional

As instituições pesquisadas possuem equipes dedicadas e qualificadas para a análise e acompanhamento socioambiental das operações, que contam, ainda, com o suporte de consultores especializados na temática. Tais profissionais possuem formações em áreas relevantes, a exemplo de engenharia ambiental, geografia, engenharia de saúde e segurança do trabalho ou biologia. De modo geral, a centralização de atividades relativas à análise e acompanhamento socioambiental é percebida como fundamental para viabilizar uma gestão apropriada de riscos.

Tais instituições também dispõem de estruturas organizacionais para a gestão da sustentabilidade, com atribuições relacionadas, por exemplo:

- à estratégia de financiamento climático e transição para uma economia de baixo carbono;
- à gestão da responsabilidade socioambiental, com a coordenação de iniciativas voltadas para revisão e aprimoramento de processos e ferramentas de trabalho e o suporte a colegiados voltados para a temática, quando existentes;
- ao desenvolvimento de políticas e procedimentos;
- à coordenação e ao desenvolvimento de instrumentos de financiamento climático e em sustentabilidade;
- à construção de capacidade interna na temática (*capacity building*);
- ao diálogo e engajamento com partes interessadas quanto à atuação socioambiental da instituição;
- ao suporte em processos de captação de recursos (ex: GCF²¹);

²⁰ <https://www.iadb.org/pt/sobre-o-bid/politicas-operacionais-do-banco-interamericano-de-desenvolvimento%2C6127.html>

²¹ *Green Climate Fund*, estabelecido no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, é um fundo destinado a apoiar os países em desenvolvimento em práticas de adaptação e mitigação para combater os efeitos das mudanças climáticas.

- à cooperação externa no tema; e
- ao desenvolvimento territorial.

Estruturas dedicadas à gestão da sustentabilidade são encontradas em todas as organizações pesquisadas, ainda que possuam diferentes configurações em cada caso.

O BID, por exemplo, possui uma equipe centralizada para análise e acompanhamento socioambiental das operações, que contam com o suporte de consultores de empresas internacionais de prestação de serviços. Além disso, a instituição dispõe de uma divisão para mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável (*Climate Change and Sustainable Development Sector*). Essa equipe é responsável por operações em silvicultura, biodiversidade, desenvolvimento agrícola, turismo, cidades sustentáveis, mudanças climáticas, entre outros. Além disso, cabe à essa divisão a gestão da sustentabilidade, com atribuições relacionadas à gestão de instrumentos de financiamento climático e em sustentabilidade, coordenação de discussões relativas à estratégia de atuação e à formulação e atualização de políticas, suporte técnico interno e à captação para projetos relacionados à temática socioambiental, e cooperação externa²².

A IFC também dispõe de uma equipe dedicada à análise e acompanhamento socioambiental, alocados na divisão denominada “*Environmental, Social and Governance Advice and Solutions*”. Além disso, a IFC conta com uma divisão para estratégia de financiamento climático, *Climate Business*²³.

A AFD, por sua vez, possui departamentos relacionados à transição para economia de baixo carbono, de caráter operacional, divididos em Água e Saneamento; Transporte e Energia Sustentáveis; Agricultura, Desenvolvimento Rural, Biodiversidade, entre outros. A instituição também dispõe de estrutura especializada na temática socioambiental e nos ODS, que fornece apoio às equipes operacionais. Além disso, possui uma divisão responsável pelo tema das mudanças climáticas, subdividido em dois times, um que provê apoio a equipes operacionais na dimensão climática e outro especializado no estudo das vulnerabilidades climáticas²⁴.

²² <https://www.iadb.org/en/about-us/departments/csd>

²³ <https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/7973ac004a4483708622bf10cc70d6a1/IFC+Org+C hart+as+of+Feb+1+2018+-+External.pdf?MOD=AJPERES> .

²⁴ <https://www.afd.fr/sites/afd/files/2018-04-02-33-33/organigramme-AFD.pdf>

O dimensionamento das equipes tende a ser proporcional ao número de projetos processados e aos desafios relacionados ao desenvolvimento de políticas e atividades institucionais na temática. Em diversas entrevistas, foi mencionada a tendência de aumento da quantidade de funcionários nessas unidades para fazer frente aos crescentes desafios relacionados à agenda socioambiental.

2.4| Análise e Acompanhamento Socioambiental

O processo de análise e acompanhamento socioambiental das instituições pesquisadas geralmente compreende as seguintes fases:

- Screening

Nessa etapa, são realizadas a identificação e avaliação preliminar de riscos e impactos associados às operações, por meio do uso de questionários, consulta a informações públicas e verificação de documentações relacionadas. Além disso, é averiguado se o financiamento ao projeto respeita restrições relativas a atividades não passíveis de apoio financeiro, geralmente inspiradas na “Lista de Exclusão” da IFC²⁵.

Outras atividades realizadas na fase de *screening* incluem a classificação do risco socioambiental da operação (categorias A, B e C) e a definição do escopo da análise a ser realizada na próxima fase, geralmente incluindo a identificação dos padrões de desempenho da IFC aplicáveis no caso específico, dos estudos necessários e das etapas previstas de divulgação e consulta.

Algumas boas práticas foram identificadas na fase de *screening* das instituições pesquisadas, tais como:

- **Uso de categoria B+ para classificação do risco socioambiental:** Determinadas organizações utilizam a categoria B+ para distinguir projetos com maiores riscos e/ou impactos socioambientais do universo dos projetos de médio risco (B). Tal categoria possibilita a aplicação de procedimentos diferenciados de

²⁵ A Lista de Exclusão da IFC inclui todos os projetos que a instituição não apoia, a exemplo de produção e comércio de tabaco, armas e munições.
https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/topics_ext_content/ifc_external_corporate_site/sustainability-at-ifc/company-resources/ifcexclusionlist

análise socioambiental para esses casos;

- **Screening específico para a dimensão climática:** Além da avaliação preliminar de possíveis riscos e impactos associados às operações, o KfW identifica operações que possuem potencial significativo de redução de emissões de GEE, que contribuem para resiliência frente às mudanças climáticas ou que possivelmente serão impactadas pelos efeitos da alteração do clima. Para tais operações, são exigidas avaliações específicas, por consultorias independentes, na próxima fase de análise²⁶;
- **Restrição de apoio a projetos intensivos em carbono:** A AFD averigua se a operação em questão atende à sua política de não financiar projetos com elevadas emissões de carbono de acordo com o nível de desenvolvimento dos países e de suas respectivas políticas climáticas²⁷;
- **Justificativa para apoio ao projeto:** A AFD faz uso de metodologia, desenvolvida pelo DEG²⁸, para avaliar a contribuição do projeto em dimensões estratégicas e justificar o apoio financeiro, a saber: a) benefícios sociais e bem-estar da população; b) desenvolvimento econômico; c) equidade de gênero; d) biodiversidade e manejo de recursos naturais; e) adaptação às mudanças climáticas; e f) mitigação das mudanças climáticas²⁹;
- **Especificação de procedimentos para a fase de screening:** Várias instituições especificam, em procedimentos internos, quais os aspectos que são avaliados nessa fase e os documentos a serem exigidos dos clientes. Entre os aspectos considerados, por exemplo, pode-se destacar a identificação de: a) instalações associadas e os impactos diretos, indiretos, regionais e cumulativos do projeto; e b) fatores adicionais de risco, tais como a falta de capacidade de gestão socioambiental do tomador, a vulnerabilidade do empreendimento a desastres naturais, bem como a existência de instalações associadas, não financiadas pela instituição, mas com riscos significativos;

²⁶ https://www.kfw-entwicklungsbank.de/PDF/Download-Center/PDF-Dokumente-Richtlinien/Nachhaltigkeitsrichtlinie_EN.pdf

²⁷ <https://www.afd.fr/sites/afd/files/2017-09/rapport-responsabilite-societale-afd.pdf> (Pág. 45).

²⁸ Subsidiária do KfW que opera com o setor privado.

²⁹ <https://www.afd.fr/sites/afd/files/2017-09/rapport-responsabilite-societale-afd.pdf> (Pág. 64).

- **Existência de colegiado para aprovação da avaliação preliminar, com a classificação de risco socioambiental da operação:** No caso do BID³⁰, a avaliação realizada é encaminhada para aprovação de comitê específico (*Committee on Environmental and Social Impact* - CESI). Posteriormente, se constatados novos fatores de risco, a classificação pode ser alterada, desde que haja revalidação no CESI. Além disso, há procedimento para lidar com possível divergência na proposta da equipe e deliberação do CESI;
- **Existência de ferramenta de classificação do risco socioambiental:** Algumas instituições dispõem de questionário com perguntas previamente definidas, visando maior uniformidade na aplicação dos critérios de classificação de risco socioambiental.

- Análise Socioambiental

As instituições pesquisadas adotam diferentes procedimentos de análise para operações com riscos socioambientais distintos. De modo geral, para projetos de maior risco socioambiental (categoria A), é exigida a apresentação de um estudo de impacto ambiental (EIA) e de proposta de plano com ações preventivas e mitigadoras, visando ao atendimento dos padrões de desempenho da IFC, elaborados por consultoria especializada independente.

Nesses casos, é esperado que o cliente disponha de uma estrutura organizacional e de um sistema de gestão socioambiental, proporcionais aos riscos e impactos relacionados ao empreendimento, que assegurem a implementação das ações pactuadas.

No caso de operações de médio risco (B), a análise é focada nos itens críticos identificados no *screening*, resultando na pactuação de um plano de ação para atendimento aos padrões aplicáveis da IFC.

A necessidade e o escopo do EIA são definidos caso a caso, sendo geralmente exigida a contratação de consultoria especializada para projetos B+.

Já para operações com classificação socioambiental C, não há

³⁰ <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=35597106>

procedimentos adicionais de análise, sendo exigida do cliente apenas a conformidade com a legislação local.

De modo geral, os custos de implementação das medidas preventivas e mitigadoras são considerados no estudo de viabilidade econômica do projeto e incluídos no escopo do financiamento. As instituições pesquisadas também oferecem suporte em capacitação e na implementação do sistema de gestão socioambiental do cliente.

Quadro 6 - Requerimentos por Classificação de Risco Socioambiental

	Requerimentos	Expectativa
A	- EIA ³¹ + Plano de ação	Sistema de gestão de riscos socioambientais
B	- Análise focada nos itens críticos identificados no <i>screening</i> + Plano de ação - Necessidade e escopo do EIA definidos caso a caso	Procedimentos de mitigação de riscos
C	- Sem análise adicional	Legislação local

Entre as boas práticas relacionadas à fase de análise, pode-se destacar:

- **Análise específica para a dimensão climática:** O KfW exige estudos específicos (*in-depth climate assessments*³²), realizados por consultorias independentes, para projetos que, na fase de *screening*, foram assinalados por seu potencial de redução de emissões de gases do efeito estufa (GEE), por sua vulnerabilidade aos efeitos das mudanças climáticas, ou por sua contribuição para a resiliência da população ou de ecossistemas;
- **Sistemas para registro dos documentos operacionais:** Determinadas instituições possuem sistema informatizado para registro e arquivamento de documentos e planos de ação

³¹ Estudo de Impacto Socioambiental.

³² https://www.kfw-entwicklungsbank.de/PDF/Download-Center/PDF-Dokumente-Richtlinien/Nachhaltigkeitsrichtlinie_EN.pdf, pg. 11 e 12. Acesso em 05/09/2017.

relacionados à análise socioambiental. Além disso, os relatórios são produzidos diretamente no sistema;

- **Capacity building:** Para apoio financeiro ao setor público, determinadas instituições dispõem de programas de capacitação em gestão socioambiental para gestores e funcionários públicos, de modo a assegurar o bom andamento dos projetos financiados.

- Aprovação e Contratação

A análise socioambiental e o plano de ação são geralmente incluídos no relatório geral da operação e encaminhados para apreciação da alta administração. No entanto, para determinadas instituições, há a produção de um relatório socioambiental em separado, com aprovação prévia ao restante da operação. O plano de ação, por sua vez, é geralmente incorporado como anexo ao contrato.

- Acompanhamento Socioambiental

Nas instituições pesquisadas, o acompanhamento socioambiental consiste primordialmente em monitorar a execução das ações contidas no plano de ação pactuado com os clientes, com o objetivo de gerir riscos socioambientais associados às operações.

No entanto, em algumas entrevistas, foi identificado que o acompanhamento não se restringe a monitorar a implementação do plano, mas também em averiguar a adequação do projeto aos padrões do IFC, se for o caso, ou às políticas da instituição financeira.

Para viabilizar o acompanhamento, as instituições financeiras geralmente estabelecem modelo de relatório a ser apresentado periodicamente pelo beneficiário. As organizações pesquisadas também realizam visitas de acompanhamento, cuja frequência é estabelecida conforme o risco da operação. Tal periodicidade pode ser alterada ao longo do tempo, em função do grau de cumprimento do plano de ação. Para projetos de maior risco (categoria A e, quando existente, B+), as visitas ocorrem pelo menos anualmente. Caso o plano não venha a ser executado de maneira satisfatória, o intervalo das visitas pode diminuir até chegar a ser trimestral ou bimestral.

Para projetos de maior risco (categoria A e, quando existente, B+), as

instituições pesquisadas exigem a contratação de consultoria externa independente para realizar o acompanhamento socioambiental. Além de acompanhar a implementação de ações acordadas, são verificados como eventuais problemas foram resolvidos e o endereçamento das principais reclamações de partes interessadas. Cabe destacar que as instituições mencionaram que há flexibilidade em alterar o plano de ação em função de ocorrências não previstas.

Como resultado do acompanhamento, é produzido um documento pela equipe do banco descrevendo o que foi observado e as medidas a serem verificadas no próximo monitoramento.

Podem-se destacar algumas boas práticas relacionadas ao acompanhamento socioambiental das instituições pesquisadas:

- **Modelo de relatório de acompanhamento:** determinadas instituições anexam ao contrato da operação um modelo de relatório de acompanhamento socioambiental, a ser apresentado periodicamente pelo cliente. Algumas das informações presentes nesse modelo de relatório incluem status da implementação das ações pactuadas nos projetos apoiados, frequência das visitas de acompanhamento, quantidade e natureza dos incidentes ou acidentes socioambientais ocorridos no período, bem como reclamações recebidas e tratamentos aplicados. Além disso, é exigido, contratualmente, o compromisso de o cliente relatar e notificar, prontamente, a ocorrência de incidentes e acidentes socioambientais;
- **Abordagem frente a situações imprevistas:** Uma das instituições exige apresentação, pelo beneficiário, de procedimento de gestão para lidar com circunstâncias imprevistas. A proposta é analisada pela equipe do banco que verifica se são proporcionais aos riscos associados ao projeto;
- **Identificação de projetos com curso problemático:** Algumas instituições adotam o uso de uma *watch list* de projetos com problemas na execução do Plano de Ação, o que impede futuras contratações enquanto as questões não forem solucionadas. A IFC, por exemplo, classifica as operações segundo a conformidade na execução do Plano. Tal classificação varia de 1 (satisfatório) a 4 (insatisfatório), sendo atualizada a cada acompanhamento. Caso uma operação receba rating 4 (insatisfatório), novas operações

com o cliente em questão são vetadas até que haja alteração da classificação³³; e

- **Indicadores para mensurar a execução do plano de ação:** Determinadas instituições estabelecem indicadores que possibilitem mensurar a implementação das medidas de mitigação e as metas pactuadas com os clientes.

- Práticas de transparência no fluxo operacional

As oito instituições pesquisadas dispõem de Políticas Corporativas de Transparência, com especificação dos documentos e informações a serem divulgados em cada fase da operação.

As salvaguardas socioambientais do Banco Mundial e os padrões de desempenho da IFC demandam a realização de consultas públicas e a divulgação, na fase de análise, das minutas dos Estudos de Impacto Socioambiental, em local e linguagem apropriados para as comunidades afetadas. Tais exigências também são feitas pelas demais instituições pesquisadas que fazem referência, em suas políticas, aos padrões de desempenho da IFC e do Banco Mundial.

Em termos de boas práticas, pode-se, ainda, destacar:

- **Exigência de duas rodadas de consultas públicas:** Para projetos de maior risco socioambiental (categoria A), o BID e o Banco Mundial³⁴ requerem a realização de duas rodadas de consultas públicas: na primeira, são apresentados o objetivo do projeto e os termos de referência, enquanto na segunda são divulgadas as conclusões da avaliação socioambiental; e
- **Divulgação de documentos para recebimento de contribuições:** O BID requer, de seus clientes, a divulgação de resumo da avaliação da consultoria e a publicação do registro de consultas às partes interessadas, incluindo lista dos presentes e de perguntas apresentadas³⁵, além de publicar o resumo de seu relatório socioambiental em seu site, além de outros documentos

33

https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/190d25804886582fb47ef66a6515bb18/ESRP_Manual.pdf?MOD=AJPERES

³⁴ <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=35597106> e <https://policies.worldbank.org/sites/ppf3/PPFDocuments/090224b0822f7384.pdf>

³⁵ <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=35597106>

das operações. O Banco Mundial e a IFC, por sua vez, divulgam, em seus próprios *websites*, o resumo da análise socioambiental e do plano de ação antes da aprovação, com antecedência suficiente para recebimento de contribuições³⁶.

2.5| Operações com Instituições Financeiras

As instituições pesquisadas, de modo geral, realizam avaliação da capacidade de gestão de risco socioambiental de intermediários financeiros. Além disso, é prática comum a classificação dos agentes financeiros em categorias de risco socioambiental, em função do perfil de sua carteira e de sua capacidade de gestão na temática.

A depender dos resultados da avaliação, há requerimentos específicos para os agentes, negociados no contrato de repasse de recursos, tais como:

- Não apoio a determinadas atividades elencadas em uma lista de exclusão;
- Desenvolvimento e implementação de sistema de gestão socioambiental, conforme descrito no padrão de desempenho 1 da IFC;
- Política socioambiental validada pela alta administração;
- Procedimentos para análise e acompanhamento do risco socioambiental das operações, visando assegurar a aplicação dos padrões de desempenho da IFC para operações de risco socioambiental mais significativo;
- Designação de Diretor e coordenador responsáveis pela gestão socioambiental;
- Equipes de análise e acompanhamento capacitadas na temática socioambiental e nos padrões de desempenho da IFC;
- Inclusão de cláusulas socioambientais em contratos assinados com clientes;

³⁶ <https://www.iadb.org/en/projects> e <https://disclosures.ifc.org/#/landing> e <http://projects.worldbank.org/>

- Apresentação, ao financiador, de relatórios periódicos sobre seu sistema de gestão de riscos socioambientais e informações relativas à dimensão socioambiental nos projetos apoiados, incluindo status de planos de ação porventura acordados; e
- Pronta notificação, ao financiador, de incidentes ou acidentes socioambientais envolvendo operações apoiadas com seus recursos.

Caso identificadas fragilidades no sistema de gestão de risco socioambiental do agente financeiro, há pactuação de um plano de ação visando ao seu fortalecimento. Geralmente, é fornecido, pelo banco de desenvolvimento, suporte para a execução do plano e a supervisão é realizada por meio de relatórios periódicos e diálogo contínuo. Certas instituições também dispõem de programas de assistência técnica para aprimorar o sistema de gestão socioambiental de seus intermediários financeiros.

O sistema de gestão socioambiental dos agentes também é reavaliado ao longo do contrato, inclusive considerando eventual alteração no perfil de risco socioambiental da carteira, avanços na implementação e/ou modificações no sistema de gestão de riscos socioambientais e aspectos socioambientais relevantes da linha de crédito a qual os subprojetos estão atrelados.

2.6| Diálogo e engajamento com partes interessadas

Os bancos pesquisados afirmaram ter envolvido partes interessadas no processo de formulação ou revisão de sua estrutura de políticas e procedimentos na temática socioambiental. Tal prática veio em resposta a pressões da sociedade civil organizada por transparência e diálogo, e pela integração de fatores sociais e ambientais no processo decisório das instituições financeiras.

A IFC, por exemplo, revisou o seu *Sustainability Framework*, entre 2009 e 2011, com amplo engajamento de partes interessadas. Já o Banco Mundial concluiu recentemente consulta referente à sua nova estrutura de políticas e procedimentos socioambientais (*Environmental and Social Framework*). O processo teve duração de dois anos e contou com o envolvimento de oito mil participantes em 63 países. O BID, por sua vez, realizou revisão de suas políticas por meio de diálogo com partes interessadas ao longo de quatro anos.

Pode-se, ainda, mencionar o exemplo da EDC, que revisa suas políticas socioambientais a cada três anos, em média, em processo com duração de cerca de 18 meses. A minuta é discutida internamente e posteriormente divulgada ao público, por meio de Consultas Públicas. Além disso, a EDC dispõe de um processo anual de diálogo com partes interessadas sobre a sua atuação socioambiental, com consulta pública *on-line* e uma *conference call* com o CEO e membros do Conselho respondendo a perguntas do público sobre suas políticas na temática.

Por fim, a ampliação do diálogo e engajamento com partes interessadas consiste em tema de destaque em plano de ação da Política de Responsabilidade Social da AFD³⁷.

As instituições pesquisadas também declararam contar com mecanismos para resolução de conflitos, para conferir credibilidade e tratamento adequado a reclamações relacionadas a projetos por elas apoiados, a exemplo de:

- O BID possui o Mecanismo Independente de Consulta e Investigação (MICI)³⁸, que consiste em um escritório de arbitragem e conciliação para solucionar conflitos, recebendo denúncias sobre projetos apoiados pelo Banco e buscando resolvê-las antes de levá-las ao conhecimento da alta administração;
- Na IFC, há o *Compliance Advisor Ombdsman* (CAO)³⁹, que busca atender às preocupações das comunidades afetadas por projetos apoiados, com reporte direto ao Presidente do Grupo Banco Mundial; e
- O DEG e a FMO apresentam Relatório Anual com resumo de reclamações recebidas e seus desdobramentos. Ademais, exige que as agências executoras disponham de procedimentos de resolução de conflitos em linha com padrões internacionais⁴⁰.

Resta mencionar que determinadas instituições possuem auditoria independente sobre seus processos e operações, com divulgação pública de seus resultados. O Grupo Banco Mundial e o BID, por exemplo, possuem estrutura independente para supervisão sobre estratégia, políticas, programas e atividades, com relatórios públicos (IEG⁴¹ do WBG,

³⁷ <https://www.afd.fr/fr/responsabilite-societale-plan-action>

³⁸ <https://www.iadb.org/pt/mici>

³⁹ <http://www.cao-ombudsman.org/>

⁴⁰ https://www.deginvest.de/DEG-Documents-in-English/About-us/Responsibility/170101_Independent-Complaints-Mechanism_DEG.pdf

⁴¹ *Independent Evaluation Group*. <http://ieg.worldbankgroup.org/>

OVE⁴² do BID). Já a Política de Responsabilidade Socioambiental da AFD passa por auditoria socioambiental externa anualmente como requisito de agências de *rating*⁴³. A EDC, por sua vez, presta contas ao Congresso Canadense⁴⁴.

2.7| Dimensão Climática

A dimensão climática está notadamente presente nas instituições estudadas. Geralmente, é refletida em prioridades estratégicas, em políticas e procedimentos específicos e em estruturas organizacionais dedicadas. Determinadas instituições possuem metas públicas precisas e mensuráveis, planos de ação para execução desses compromissos, e práticas de análise que consideram a mitigação e a adaptação às mudanças climáticas.

Percebe-se, ainda, que a promoção de medidas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas transbordou o limite dessas instituições e já se delineia como política conjunta de várias instituições financeiras, transformando-se em uma ação global estratégica do setor. Tais iniciativas reconhecem o papel relevante das instituições financeiras na viabilização dos compromissos assumidos no Acordo de Paris e as oportunidades de investimentos relacionadas à transição para uma economia verde. Além disso, tal mobilização decorre da constatação de que as mudanças climáticas podem trazer riscos expressivos para o setor, devendo ser uma dimensão considerada na gestão das carteiras de instituições financeiras e na avaliação dos empreendimentos apoiados. Ferramentas e metodologias estão sendo pensadas e desenvolvidas em iniciativas globais, com a participação das instituições pesquisadas, de modo a viabilizar o *disclosure* de informações climáticas, melhor precificação dos ativos, alocação de recursos e qualidade do processo decisório.

2.8| Desafios

Nas entrevistas, instituições financeiras elencaram desafios relacionados à análise e acompanhamento socioambiental das operações, podendo-se

⁴² Office of Evaluation and Oversight. <http://www.iadb.org/en/office-of-evaluation-and-oversight/ove,19686.html>?

⁴³ <https://www.afd.fr/fr/responsabilite-societale-plan-action>

⁴⁴ <https://www.edc.ca/EN/About-Us/Documents/Information-for-MPs.pdf>

destacar:

- Necessidade de um equilíbrio entre as práticas exigidas dos clientes e a competição com instituições financeiras menos restritivas em seus critérios socioambientais de apoio financeiro;
- Capacidade limitada de execução de determinados beneficiários dos recursos, principalmente no caso de gestores públicos;
- Existência de lacunas significativas entre legislações locais e alguns padrões de desempenho da IFC, como, por exemplo, no que se refere ao reassentamento involuntário de população (padrão de desempenho 5);
- Equipe reduzida para os desafios associados ao tema; e
- Dificuldades na aplicação dos padrões de desempenho da IFC em operações indiretas.

Outro desafio mencionado por algumas instituições consiste no tamanho reduzido de suas equipes para a temática. Por fim, também foi comentada a dificuldade em garantir a aplicação dos padrões por subcontratadas das empresas tomadoras de recursos, o que se busca solucionar, pelo KfW, por meio do desenvolvimento de modelos de editais e de contratos⁴⁵.

⁴⁵ https://www.kfw-entwicklungsbank.de/Download-Center/PDF-Dokumente-Development-Research/2004_02_PP_Korruptionsvermeidung_E.pdf

3| Conclusão

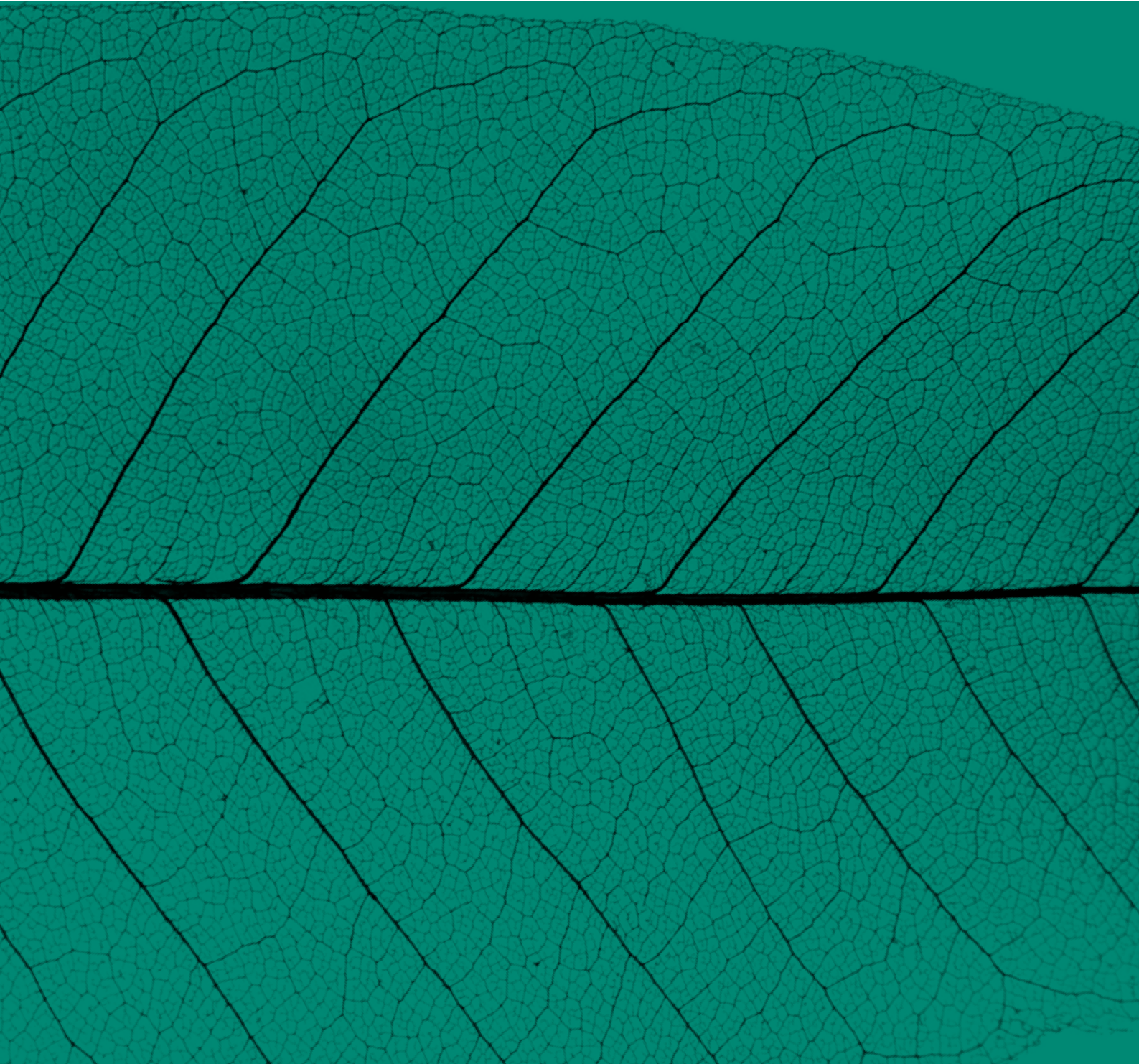
O *benchmarking* com instituições financeiras de desenvolvimento internacionais teve como objetivo identificar boas práticas do setor e oportunidades para o aprimoramento da atuação socioambiental do BNDES.

Dentre as práticas observadas, destacam-se:

- **Internalização da dimensão socioambiental na estratégia:** o compromisso com a dimensão climática e com os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) estão presentes nos direcionamentos estratégicos das organizações. Tal compromisso reflete-se em metas públicas, em planos de ação e em direcionadores para alocação de recursos;
- **Formalização de sistema de gestão socioambiental:** as instituições pesquisadas dispõem de um arcabouço de políticas que formalizam o seu sistema de gestão socioambiental, incluindo papéis e responsabilidades, fluxos de trabalho e procedimentos de análise e acompanhamento;
- **Critérios para avaliação socioambiental das operações:** as instituições definem claramente os parâmetros adotados para avaliação socioambiental das operações, geralmente fazendo referência direta aos padrões de desempenho da IFC. No caso do BID, foram desenvolvidas políticas próprias inspiradas nos padrões de desempenho da IFC;
- **Centralização da análise e acompanhamento socioambiental:** as instituições contam com equipe dedicada à análise e acompanhamento socioambiental, o que objetiva uma melhor gestão de riscos, sem impactar o prazo de aprovação das operações;
- **Estrutura para gestão da temática socioambiental:** há, ainda, estruturas organizacionais dedicadas à gestão da temática socioambiental, responsáveis pela coordenação de iniciativas voltadas para revisão e aprimoramento de processos e ferramentas de trabalho, o desenvolvimento de políticas e procedimentos relacionados, o diálogo e engajamento com partes interessadas quanto à atuação socioambiental da instituição, a estratégia de financiamento climático, a construção de capacidade interna na temática, a gestão do desenvolvimento territorial, o suporte em processos de captação de recursos, a gestão de parcerias e cooperação externa no tema;

- **Gestão de riscos socioambientais em operações indiretas:** as instituições, de modo geral, realizam classificação do risco socioambiental de agentes financeiros, considerando o perfil da sua carteira e sua capacidade de gestão socioambiental. A depender da classificação, são adotados requerimentos específicos e pactuados planos de ação;
- **Engajamento com partes interessadas na formulação e revisão de políticas:** as políticas das instituições financeiras são desenvolvidas e revisadas por meio de ampla consulta pública e diálogo com partes interessadas, de modo a conferir legitimidade ao processo;
- **Comprometimento com a Dimensão Climática:** nas instituições pesquisadas, de modo geral, a dimensão climática é refletida em prioridades estratégicas, em políticas e procedimentos específicos, em estruturas organizacionais dedicadas, em práticas de análise que consideram a mitigação e a adaptação às mudanças climáticas e em ampla mobilização com demais atores do setor na construção de metodologias e soluções conjuntas.

Tais constatações consistem em importante insumo para o aprimoramento das práticas socioambientais de instituições financeiras. A sistematização desse conhecimento e sua publicação visam a contribuir para o avanço do tratamento da temática no setor.



Comitê de Sustentabilidade Socioambiental e Desenvolvimento Territorial (CSS)